

MINUTA

DECRETO Nº , DE 2013.

Institui o Sistema Estadual de Áreas Protegidas – SEAP e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Estadual de Áreas Protegidas de São Paulo – SEAP-SP, como instrumento integrador, regulador e promotor das ações do Poder Público e da coletividade visando assegurar um meio ambiente ecologicamente equilibrado por meio da valorização, manutenção e recuperação dos espaços territoriais especialmente protegidos, localizados no território paulista e suas águas jurisdicionais, legalmente instituídos pela União, Estado e municípios.

Parágrafo único - O SEAP-SP, sem prejuízo da aplicação da legislação pertinente, será regido pelos seguintes objetivos e diretrizes:

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos em todo o território estadual e nas águas jurisdicionais, promovendo a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

II - assegurar que, no conjunto das unidades de conservação e demais áreas protegidas, estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, *habitats* e ecossistemas do território paulista e suas águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;

III - promover o desenvolvimento sustentável das áreas protegidas a partir dos recursos naturais disponíveis, aplicando os princípios e práticas de conservação da natureza no processo de crescimento socioeconômico regional e valorizando econômica e socialmente a diversidade biológica;

IV – contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população no Estado de São Paulo, por meio da conservação *in situ* da biodiversidade e do incentivo às ações de desenvolvimento sustentável;

V - incentivar as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem, administrarem e contribuir com a conservação das áreas protegidas, considerando as condições e as necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

VI – estimular a conservação da diversidade biológica e o uso sustentável de recursos biológicos em terras de propriedade pública ou privada;

VII – estimular o desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável da região adjacente às áreas protegidas, com vistas a aumentar a proteção dessas áreas e o índice de desenvolvimento humano da região;

VIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando o conhecimento destas e sua cultura, promovendo-as social e economicamente;

IX – evitar o isolamento das unidades de conservação, criando condições para que estas participem dos processos socioeconômicos e culturais das regiões onde estão inseridas.

X – incentivar a promoção da educação e interpretação ambiental, da recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico;

XI – buscar parcerias que venham a contribuir na compatibilização da proteção da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável da região nas quais estão inseridas as áreas protegidas;

XII – garantir às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior de áreas protegidas, inclusive de unidades de conservação, meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;

XIII - buscar formas para a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos da pesquisa e do uso dos recursos biológicos e genéticos, entre as fontes desses recursos, as áreas protegidas que lhes deram origem e aqueles que os utilizam de forma legal;

XIV – buscar o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas, para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação e demais áreas protegidas;

XV - promover os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão de políticas relativas às unidades de conservação e demais áreas protegidas, garantindo a participação efetiva das populações locais na criação e implantação de tais áreas;

XVI – assegurar que o processo de criação das áreas protegidas e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;

XVII - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional, assim como paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

XVIII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural, assim como proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

XIX – apoiar a recuperação ou a restauração de ecossistemas degradados, indicadas em projeto oficial e aprovadas pelo órgão competente;

XX - proporcionar meios e incentivos para as atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XXI – buscar conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as normas legais e a conveniência da administração, autonomia administrativa e financeira;

XXII – garantir uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos;

XXIII – buscar a proteção, de forma integrada e sempre que se mostrar conveniente e oportuna, de grandes áreas protegidas de diferentes categorias, próximas, justapostas ou

contíguas, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e a restauração e recuperação dos ecossistemas nelas contidos;

XXIV – garantir a realização, execução e periódica revisão e atualização de planos de manejo, com base em metodologias que privilegiem ampla participação da sociedade;

XXV – apoiar iniciativas autônomas da sociedade civil na proteção e manutenção de áreas de valor simbólico constituídas por patrimônio material e seu contexto natural reconhecido e gerido por segmentos autônomos da sociedade.

Art. 2º - O SEAP-SP será composto pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

I – Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, com as atribuições de acompanhar a implantação do SEAP-SP;

II - Órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o SEAP-SP; e

III - Órgãos executores: Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, Instituto Florestal, Instituto de Botânica, Instituto Geológico, e demais órgãos e entidades públicas e privadas com atribuição de implantar e gerir as áreas protegidas, bem como de executar políticas e diretrizes estabelecidas no âmbito do SEAP-SP.

CAPÍTULO II - DAS ÁREAS INTEGRANTES DO SEAP-SP

Art. 3º - Para os fins previstos neste decreto, são áreas integrantes do SEAP-SP:

I - As Unidades de Conservação da natureza de proteção integral, compreendendo:

- a) Estação Ecológica;
- b) Reserva Biológica;
- c) Parque Nacional, Estadual e Natural Municipal;
- d) Monumento Natural;
- e) Refúgio de Vida Silvestre;
- f) Reserva Particular do Patrimônio Natural;

II - As Unidades de Conservação da natureza de uso sustentável, compreendendo:

- a) Área de Proteção Ambiental;
- b) Área de Relevante Interesse Ecológico;
- c) Floresta Nacional, Estadual e Municipal;
- d) Reserva Extrativista;
- e) Reserva de Fauna;
- f) Reserva de Desenvolvimento Sustentável;

III - Outros espaços territoriais especialmente protegidos:

a) Mosaico de Unidades de Conservação: área correspondente a um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e de outras áreas protegidas públicas ou privadas, cuja gestão é feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional;

b) Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação: área com limites definidos no entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade;

c) Corredor Ecológico: porções definidas de ecossistemas naturais ou seminaturais, interligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

d) Horto Florestal: área com características relacionadas à conservação e a recuperação ambiental, funcionando também como centro de lazer e cultura voltado para a natureza;

e) Viveiro Florestal: área convenientemente demarcada e tecnicamente adequada para a produção, manutenção e manejo de mudas florestais.

f) Estação Experimental: área de domínio público criada visando à produção de matéria prima vegetal ou animal e à difusão de tecnologia agropecuária, destinada precipuamente à realização de atividades de pesquisa agropecuária compreendendo experimentação nos setores da produção agrícola, animal ou agroindustrial, abrangendo a sanidade animal e vegetal, os recursos naturais e florestais.

g) Área de Proteção de Mananciais: área definida formada por uma ou mais bacias de drenagem a ser protegidas por legislação especial, visando à garantia da qualidade das águas destinadas ao abastecimento público, tendo entre seus objetivos a compatibilização das ações de preservação dos mananciais de abastecimento e as ações de proteção ao meio ambiente com o uso e ocupação do solo e o desenvolvimento econômico.

h) Área de Preservação Permanente: área protegida definida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

i) Reserva Legal: área localizada no interior de propriedade ou posse rural, delimitadas nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

j) Área Natural Tombada: área de proteção ao patrimônio natural e paisagístico, ou áreas que mantendo características naturais sejam apropriadas socialmente, devidamente definidas, nas quais incidem restrições de uso que garantam a proteção e manutenção de suas condições funcionais, científicas e paisagísticas originais.

k) Monumento Geológico: afloramentos, naturais ou não, de elementos geológicos bem delimitados geograficamente e que apresentem valor singular do ponto de vista científico, pedagógico, cultural, turístico ou natural.

l) Área sob Proteção Especial: área definida destinada à manutenção da integridade de ecossistemas locais ameaçados pela ocupação antrópica desorganizada, nas qual se mostram necessárias ações de planejamento, fiscalização e monitoramento por parte do poder público, bem como a realização de estudos visando à possível implantação de unidades de conservação da natureza, a serem realizadas em cooperação com os municípios e interessados.

m) Área Natural com Reconhecimento Internacional: áreas compreendidas por Reservas da Biosfera, Sítios do Patrimônio Mundial Natural, Sítios Ramsar e por aquelas definidas como de interesse para manutenção de espécies migratórias;

n) Estradas-Parque: área definida de grande beleza cênica e atributos culturais, educativos, recreativos ou ambientais, compreendida em leitos de vias, estradas ou rodovias, incluindo as respectivas faixas de domínio, cujas margens são mantidas em estado natural ou semi-natural, destinada à promoção da integração entre o homem e a natureza, a proteção da biodiversidade

do local, a proteção de paisagens notáveis, e o desenvolvimento sustentável da região de sua influência.

o) Zona de Vida Silvestre em Áreas de Proteção Ambiental: área destinada à salvaguarda da biota nativa através da proteção do *habitat* de espécies residentes, migratórias, raras, endêmicas, ou ameaçadas de extinção, bem como à garantia da perenidade dos recursos hídricos, das paisagens e belezas cênicas, e dos sítios arqueológicos, espeleológicos e geológicos;

p) Reserva Florestal: área transitória de manejo cujos recursos naturais devem ser conhecidos e preservados para uso futuro, sendo oportunamente reclassificada como uma unidade de conservação da natureza com o estabelecimento de seus objetivos para o seu manejo permanente;

q) Parque Ecológico: área de múltiplos aspectos cuja estrutura e dinâmica explicitam conceitos relacionados à conservação e à recuperação ambientais, geralmente situada próxima à área urbana, funcionando também como centro cultural, de educação ambiental e de lazer voltado para natureza.

r) Paisagem Cultural: área de valor excepcional representativa do processo de interação do homem com o meio ambiente ou que abrigue sistemas sócio ecológicos relevantes.

s) Eco Museu: área de valor simbólico, constituída por patrimônio material e seu contexto natural, com seu perímetro e funções devidamente definidos, reconhecida e gerida por segmentos autônomos da sociedade, com ou sem parceria do Poder Público.

§ 1º – As áreas a que se refere o inciso I, deste artigo, são destinadas principalmente à preservação da natureza, de forma a manter os ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, aplicando-lhes os dispositivos da legislação específica vigente.

§ 2º – As áreas a que se refere o inciso II, deste artigo, são destinadas principalmente à compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, aplicando-lhes os dispositivos da legislação específica vigente.

§ 3º - Às áreas a que se refere o inciso III, deste artigo, aplica-se a legislação específica vigente, cabendo aos órgãos competentes da Administração o estabelecimento de regulamentação complementar para garantir o atingimento dos objetivos das áreas protegidas instituídas pelo Estado, bem como a adoção de ações integradas, em especial de fiscalização, no âmbito do SEAP-SP.

§ 4º - Na ausência de lei ou de ato normativo específico, o CONSEMA poderá propor normas e ações, motivadas por justificativa técnica, voltadas à fiscalização, preservação, conservação e proteção das áreas a que se refere o inciso III, deste artigo.

CAPÍTULO III

DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA ESTADUAIS

Art. 4º - Às Unidades de Conservação da natureza instituídas pelo Estado aplicam-se, complementarmente à legislação específica, as disposições deste Decreto.

SECÃO I – DA RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL

Art. 5º - No âmbito do SEAP-SP, a Reserva Particular do Patrimônio Natural está inserida no grupo das Unidades de Proteção Integral, uma vez que seus objetivos e restrições de uso são equivalentes às demais categorias do grupo.

Art. 6º - A Reserva Particular do Patrimônio Natural será instituída em caráter perpétuo, mediante expressa manifestação do proprietário, devendo o gravame de que trata este artigo constar de termo de compromisso assinado perante a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo e ser averbado no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição imobiliária competente, assim que aprovada sua criação por meio de ato administrativo específico que reconheça o interesse público em sua instituição.

§ 1º - O reconhecimento da Reserva Particular do Patrimônio Natural dar-se-á por meio de resolução do Secretário do Meio Ambiente, após manifestação favorável fundamentada da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

§ 2º - A Reserva Particular do Patrimônio Natural não deverá ser composta exclusivamente da área de Reserva Legal do imóvel, exceto nos casos em que haja comprovado ganho ambiental, devidamente justificado em Laudo Técnico assinado por profissional legalmente habilitado, e reconhecido em manifestação fundamentada da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, aplicando-se a cada uma das áreas a legislação ambiental respectiva.

Art. 7º - O proprietário de Reserva Particular do Patrimônio Natural deverá:

I - assegurar a manutenção dos atributos ambientais da área;

II - elaborar e implantar o Plano de Manejo da unidade;

III - divulgar, na região, a condição da área como Reserva Particular do Patrimônio Natural, providenciando a colocação de placas nas vias de acesso e nos limites da área, advertindo quanto à proibição de desmatamento, queimada, caça, pesca, apanha, captura de animais e qualquer outro ato que afete ou possa afetar o meio ambiente;

IV - encaminhar, a cada 2 (dois) anos, e sempre que solicitado, à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, relatório de situação da Reserva Particular do Patrimônio Natural e das atividades desenvolvidas.

Parágrafo único - Os órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, instituído pela Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997, sempre que possível e oportuno, prestarão orientação técnica e científica ao proprietário de Reserva Particular do Patrimônio Natural para a elaboração do Plano de Manejo da unidade, bem como para o planejamento e execução de ações visando a sua proteção, gestão e desenvolvimento de atividades de ecoturismo e educação.

Art. 8º - À Reserva Particular do Patrimônio Natural será assegurada, pelas autoridades públicas competentes, especialmente pelo Comando de Policiamento Ambiental do Estado de São Paulo, a proteção estabelecida pela legislação às demais Unidades de Conservação de domínio público, sem prejuízo do direito de propriedade, que deverá ser exercido por seu titular em defesa da preservação da área.

SEÇÃO II - DA CRIAÇÃO, DA ALTERAÇÃO DOS LIMITES E DA DESAFETAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS.

Art. 9º - As Unidades de Conservação estaduais serão criadas e poderão ter seus limites alterados nos termos estabelecidos pela legislação específica, complementados por este Decreto.

Art. 10 - A criação de uma Unidade de Conservação estadual deverá atender aos seguintes procedimentos preparatórios:

I – constatação, por meio de estudos técnicos, da existência de atributos ambientais que justifiquem a instituição de garantias adequadas de proteção à área, com identificação da localização, dimensão e limites para a unidade;

II – realização de consulta pública para fornecimento das informações à população local e a outras partes interessadas, ressalvados os casos excepcionados por lei;

III – publicação de Resolução do Secretário do Meio Ambiente, com indicação da categoria da unidade a ser criada, acompanhada de resumo das justificativas para a criação, de memorial descritivo e mapa da área;

IV – manifestação do CONSEMA.

Art. 11 - No prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do ato a que se refere o inciso III, do art. 10, os interessados poderão contestar a criação da unidade de conservação.

§ 1º - São legitimados para apresentar contestação:

a) aqueles que possuam direitos sobre área localizada no perímetro pretendido para a unidade ou área que sofra interferência direta com a criação desta;

b) órgãos e entidades da administração federal, estadual e municipal;

c) entidades científicas e ambientalistas não governamentais.

§ 2º - A contestação deverá ser apresentada à Secretaria do Meio Ambiente, fundamentada em justificativa técnica que demonstre incorreções ou vícios no procedimento de criação da unidade.

§ 3º - A contestação será encaminhada ao órgão gestor proponente da criação da unidade, que terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar manifestação.

§ 4º - A apreciação final da contestação caberá ao Secretário do Meio Ambiente, que poderá solicitar correções e complementações ou encaminhar o processo de criação da unidade ao CONSEMA.

Art. 12 – Concluídos os procedimentos preparatórios a que se refere o art. 10, a criação de Unidade de Conservação estadual será submetida a ato do Governador ou da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Art. 13 - A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação estadual só pode ser feita mediante lei específica e desde que ao menos uma área equivalente, e com o mesmo valor ambiental daquela desafetada ou reduzida, seja utilizada para criação ou ampliação de uma unidade de conservação da mesma categoria da unidade cujos limites foram alterados.

Parágrafo único – Sempre que possível, a área reduzida de uma unidade de proteção integral deverá ser incluída em outra categoria menos restritiva.

SEÇÃO III - DA ZONA DE AMORTECIMENTO, DO CORREDOR ECOLÓGICO E DO MOSAICO

Art. 14 - As Unidades de Conservação estaduais, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, integrar corredores ecológicos.

§ 1º - O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos integrados a unidade de conservação.

§ 2º - Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas referidas no § 1º poderão ser estabelecidos no ato de criação da unidade ou posteriormente.

Art. 15 - Para o estabelecimento das Zonas de Amortecimento das Unidades de Conservação estaduais deverão ser observados os critérios técnicos e as diretrizes indicadas neste decreto, complementados por regulamento do órgão ambiental.

Art. 16 - Os estudos técnicos para a delimitação, setorização e normatização da Zona de Amortecimento deverão considerar:

I - os impactos ambientais potenciais e efetivos no interior da unidade de conservação provenientes da atividade humana existente em seu entorno;

II - as especificidades ambientais relacionadas à conservação da biodiversidade existente no interior da unidade de conservação;

III - o contexto socioeconômico em que a unidade de conservação está inserida;

IV - a dinâmica de ocupação e uso do solo no entorno da unidade de conservação.

Art. 17 - A delimitação e a setorização da Zona de Amortecimento, com base nos estudos a que se refere o artigo 16, incidirá sobre:

I – áreas suscetíveis a causar impactos no interior da unidade de conservação, tais como:

a) faixas territoriais contíguas ao limite da unidade de conservação;

b) cursos d' água ou nascentes situadas à montante da unidade de conservação;

c) áreas de recarga de aquíferos e áreas úmidas de relevância para a dinâmica hidrológica da unidade de conservação;

d) remanescentes naturais próximos com importância para a conservação da biodiversidade da unidade de conservação;

e) sítios de alimentação, abrigo ou reprodução de espécies que ocorrem na unidade de conservação.

II – no caso de unidades de conservação costeiras e marinhas, além das áreas a que se refere o inciso I deste artigo, a delimitação e a setorização da Zona de Amortecimento incidirão sobre áreas:

a) litorâneas que tenham influência química, física, geológica ou biológica sobre a unidade de conservação, tais como deltas de rios, manguezais, estuários, restingas, lagunas, praias arenosas e costões rochosos;

b) feições geomorfológicas e fenômenos oceanográficos que tenham influência química, física, geológica ou biológica sobre a unidade de conservação, tais como montes submarinos, promontórios, depressões, canais, frentes e vórtices.

III – áreas onde ocorram atividades humanas associadas:

a) à disseminação de poluentes ou contaminantes químicos, biológicos ou físicos para o interior da unidade de conservação;

b) à disseminação de espécies geneticamente modificadas ou exóticas com potencial de invasão biológica passíveis de se estabelecerem no interior da unidade de conservação;

c) ao manejo de fogo que possa causar risco à unidade de conservação;

d) ao comprometimento dos processos ecológicos essenciais à conservação da biodiversidade no interior da unidade de conservação;

e) ao comprometimento dos recursos naturais utilizados pelas populações tradicionais presentes nas unidades de conservação de uso sustentável.

Art. 18 - O traçado geográfico da zona de amortecimento observará, sempre que possível, os atributos naturais ou marcos reais de fácil visualização e identificação, tais como corpos hídricos, divisores de água, linhas férreas ou de alta tensão e estradas.

Art. 19 - A zona de amortecimento poderá ser composta por outras áreas protegidas, desde que devidamente justificado.

Art. 20 - O regramento a ser estabelecido na zona de amortecimento deverá considerar as disposições de planos diretores municipais e demais instrumentos normativos de ordenamento territorial, especialmente para identificar possíveis impactos no interior da unidade de conservação.

Art. 21 - A normatização na zona de amortecimento recairá sobre as atividades humanas que possam, dentre outras:

I - comprometer os recursos naturais utilizados pelas populações tradicionais presentes nas unidades de conservação de uso sustentável.

II - promover a disseminação de poluentes e contaminantes químicos, biológicos ou físicos para o interior da unidade de conservação;

III - promover a disseminação de espécies geneticamente modificadas ou exóticas com potencial de invasão biológica passíveis de se estabelecerem no interior da unidade de conservação;

IV - ocasionar a expansão do fogo para o interior da unidade de conservação;

V - comprometer os recursos hídricos do interior da unidade de conservação;

VI - comprometer os atributos naturais que justificaram a criação da unidade de conservação;

Art. 22 - A normatização das atividades humanas previamente existentes nos limites da zona de amortecimento considerará as medidas e programas para a mitigação de impactos previstos no licenciamento ambiental.

Art. 23 – Enquanto não estiverem definidos os limites da zona de amortecimento, esta será considerada como a faixa de 3 (três) mil metros medida de qualquer ponto do limite da unidade de conservação.

Art. 24 – As áreas que compõem a zona de amortecimento de uma unidade de conservação deverão ser objeto de políticas públicas de estímulos financeiros, com vistas à efetiva proteção do entorno.

Art. 25 - Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Art. 26 - O mosaico de unidades de conservação será reconhecido em ato do Secretário do Meio Ambiente, a pedido dos órgãos gestores das unidades de conservação.

Parágrafo único - Quando composto por ao menos uma unidade de conservação de proteção integral, o mosaico fica habilitado para recebimento de recursos de compensação ambiental, destinados à integração dos planos de manejo das respectivas unidades de conservação que o compõem.

Art. 27 - O mosaico deverá dispor de um conselho de mosaico, com caráter consultivo e a função de atuar como instância de gestão integrada das unidades de conservação que o compõem.

§ 1º - A composição do conselho de mosaico é estabelecida no ato que institui o mosaico e deverá obedecer aos mesmos critérios estabelecidos para a constituição dos conselhos das unidades de conservação.

§ 2º - O conselho de mosaico terá como presidente um dos gestores das unidades de conservação que o compõem, o qual será escolhido pela maioria simples de seus membros.

Art. 28 - Os corredores ecológicos serão estabelecidos em observação às regras adotadas pelo órgão ambiental e reconhecidos em ato do Secretário do Meio Ambiente, integrando as áreas que compõem os mosaicos, para fins de sua gestão.

Parágrafo único - Na ausência de mosaico, o corredor ecológico que interliga unidades de conservação terá o mesmo tratamento da sua zona de amortecimento.

SEÇÃO IV - DO PLANO DE MANEJO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

Art. 29 - As unidades de conservação estaduais devem dispor de um Plano de Manejo, documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

§ 1º - O Plano de Manejo deve ser elaborado de modo a propiciar:

I - o estabelecimento de ações específicas de manejo, orientando a gestão da unidade de conservação;

II - a instituição de diretrizes para a implantação da unidade de conservação;

III - a aplicação orientada dos recursos financeiros destinados à unidade de conservação;

IV - a integração socioeconômica das comunidades do entorno com a unidade de conservação;
e

V - a participação efetiva da sociedade no planejamento e gestão da unidade de conservação.

§ 2º - O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§ 3º - O Plano de Manejo poderá ser implantado de forma gradual, a partir de diagnóstico inicial que defina, com base nos dados de pesquisas e estudos pré-existentes, as ações emergenciais de gestão da unidade, os aspectos gerais de planejamento e as informações e estudos complementares necessários à implantação e gestão completa da unidade de conservação.

§ 4º - Na elaboração, atualização e implantação do plano de manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Estaduais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.

§ 5º - O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo máximo de 3 (três) anos a partir da data de sua criação.

Art. 30 - São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu plano de manejo e seus regulamentos.

Parágrafo único. Até que seja elaborado o plano de manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Art. 31 - Para a aprovação e a revisão do plano de manejo da unidade de conservação estadual deverão ser observadas as seguintes etapas:

I – Elaboração dos estudos, no âmbito do órgão gestor, com acompanhamento do conselho da unidade de conservação;

II – Manifestação do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA;

III – Aprovação por meio de:

a) portaria do diretor do órgão gestor, no caso de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Estadual, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Estadual e Reserva de Fauna;

b) resolução do conselho deliberativo, no caso de Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

§ 1º - No caso de Área de Proteção Ambiental, quando o zoneamento e normatização da unidade de conservação for estabelecida no plano de manejo, este deverá ser aprovado por meio de Decreto, cuja proposta deve ser encaminhada ao CONSEMA pelo conselho gestor da unidade.

§ 2º - No caso de Reserva Particular do Patrimônio Natural, o plano de manejo da unidade deverá ser elaborado pelo proprietário privado e aprovado por portaria da Fundação Florestal, prescindindo de manifestação do CONSEMA.

Art. 32 – O plano de manejo deverá ser submetido ao CONSEMA acompanhado de resumo executivo que contenha, de forma sintética, dentre outros dados relevantes:

I – Informações gerais sobre a unidade de conservação;

II – Contextualização da unidade de conservação em relação à região onde está estabelecida;

III – Aspectos gerais do planejamento da unidade de conservação, com síntese dos programas de manejo, do zoneamento e respectivo regimento;

IV - As normas e as restrições estabelecidas, tecnicamente justificadas, para cada atividade humana regrada na zona de amortecimento ou no zoneamento fixado pela Área de Proteção Ambiental;

V – Mecanismos de monitoramento e avaliação.

SEÇÃO V - DOS CONSELHOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

Art. 33 - Cada uma das unidades de conservação estaduais contará com um conselho, nos termos estabelecidos pela legislação específica, complementada por este decreto.

Art. 34 - Os conselhos das unidades de conservação estaduais são órgãos colegiados voltados a consolidar e legitimar o processo de planejamento e gestão participativa, devendo pautar suas ações com base nos seguintes princípios:

I - valorização, manutenção e conservação dos atributos naturais protegidos;

II - otimização da inserção da Unidade de Conservação no espaço regional, auxiliando no ordenamento das atividades antrópicas no entorno da área;

III - busca de alternativas de desenvolvimento econômico local e regional em bases sustentáveis no entorno da Unidade de Conservação;

IV - otimização do aporte de recursos humanos, técnicos e financeiros;

V - divulgação da importância dos serviços ambientais prestados pela área protegida, sensibilizando as comunidades local e regional para a preservação;

VI - aplicação dos recursos na busca dos objetivos da Unidade de Conservação, observadas as regras que regem a administração pública.

Art. 35 - Os Conselhos das unidades de conservação estaduais devem reunir-se no mínimo a cada 3 meses.

§ 1º - Todas as reuniões dos conselhos serão públicas, realizadas em local de fácil acesso, com a pauta preestabelecida no ato da convocação e com elaboração de ata que deverá ser disponibilizada a todos os interessados.

§ 2º - Anualmente, em data a ser definida pelo CONSEMA, será realizada reunião com a convocação de representantes de todos os Conselhos de Unidades de Conservação estaduais, para apresentação dos resultados obtidos e deliberação quanto a sugestões para melhorias da gestão ambiental no estado.

SEÇÃO VI - DOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

Art. 36 - Compete ao Gestor de Unidade de Conservação estadual, designado pelo chefe do órgão gestor, a administração da Unidade de Conservação, cabendo-lhe o desempenho das seguintes atribuições:

I – executar e estabelecer práticas e rotinas administrativas;

II – planejar, coordenar e executar ações técnicas visando à recuperação ambiental na unidade de conservação e apoiar ações na sua zona de amortecimento;

III – desempenhar ações de fiscalização, mediante o exercício do poder de polícia, de maneira subsidiária e supletiva à ação das autoridades policiais, podendo impor penalidades no âmbito das Unidades de Conservação e respectivas zonas de amortecimento, com elaboração de todos os termos e atos cabíveis;

IV - acompanhar e coordenar junto ao corpo técnico do órgão gestor a elaboração e a implantação do Plano de Manejo, responsabilizando-se pela publicidade e divulgação deste, além de lhe dar cumprimento;

V - manifestar-se no âmbito do processo de licenciamento quando demandado pelo órgão licenciador, a partir de parecer técnico elaborado mediante consulta ao Conselho da Unidade;

VI - promover e viabilizar ações integradas e regionalizadas de fomento ao uso público dos espaços protegidos, como estratégia de conservação da natureza;

VII - representar o órgão gestor no Conselho da Unidade de Conservação e em outros fóruns, bem como em audiências públicas e judiciais, quando designado;

VIII – promover ações e medidas visando ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental na Unidade de Conservação;

IX – acompanhar a execução dos recursos provenientes de compensação ambiental;

X – propor, coordenar e implantar o Programa de Uso Público previsto no Plano de Manejo ou Plano Emergencial da Unidade de Conservação.

XI - presidir o Conselho Consultivo e o Conselho Deliberativo da Unidade de Conservação.

Art. 37 - São requisitos para a nomeação como gestor de unidade de conservação:

I - ter formação de nível superior e 5 (cinco) anos de experiência comprovada atuando em órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA ou 10 (dez) anos de atuação na Administração Pública; e

II - não ter sido condenado, com sentença transitada em julgado, por improbidade administrativa ou crime ambiental de qualquer natureza.

Parágrafo único. Os gestores devem, anualmente, participar de programa de treinamento, reciclagem e capacitação em gestão pública e gestão ambiental a ser ministrado no âmbito do SEAQUA, nos moldes definidos em regulamento específico, sendo a participação requisito para a manutenção na função.

Art. 38 - O Gestor deverá apresentar o Plano de Metas Anual da Unidade de Conservação, que será submetido à aprovação pelo Conselho da Unidade, até o dia 30 de outubro de cada ano, no qual deve haver a especificação das ações a serem desenvolvidas no ano subsequente, inclusive com previsão do orçamento envolvido.

§ 1º Após a apreciação e deliberação pelo Conselho da Unidade, o Plano de Metas deve ser encaminhado ao CONSEMA para ciência.

§ 2º Ao final de cada exercício, o Gestor deverá apresentar a prestação de contas ao Conselho da Unidade sobre as ações desenvolvidas e os valores gastos, justificando-se formalmente na hipótese de não cumprimento das metas.

§ 3º Com base na prestação de contas do Plano de Metas anual, o Conselho da unidade poderá propor a substituição do gestor da Unidade de Conservação.

SEÇÃO VII - DA FISCALIZAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

Art. 39 – As atividades de fiscalização em Unidades de Conservação estaduais têm como objetivos específicos prevenir, coibir e reprimir atos que tenham como consequência a coleta ou destruição de espécimes da flora e fauna ou alterações dos ecossistemas, o impedimento da regeneração natural de áreas degradadas, a perda da biodiversidade, a realização de quaisquer obras não autorizadas pelo órgão gestor, a perturbação da ordem nos locais de visitação pública, a destruição ou dano de materiais, equipamentos e próprios do Estado, bem como a realização de quaisquer atividades realizadas em desacordo com o plano de manejo.

§ 1º Caberá à Secretaria do Meio Ambiente, à Fundação Florestal e às unidades de policiamento ambiental da Polícia Militar do Estado de São Paulo a realização, de forma integrada, das atividades de fiscalização.

§ 2º A Fundação Florestal encaminhará anualmente à Secretaria do Meio Ambiente proposta orçamentária específica para o custeio e investimento necessário ao cumprimento das atividades de fiscalização.

Art. 40 – Os órgãos responsáveis pelas atividades de fiscalização deverão implantar um Plano de Fiscalização Integrada que contemple:

I – ações de monitoramento e fiscalização no interior e nas zonas de amortecimento das Unidades de Conservação;

II – procedimentos e conceitos essenciais ao exercício da fiscalização ambiental;

III – metodologia para o planejamento, execução e controle das ações conjuntas dos órgãos envolvidos;

IV – banco de dados de informação;

V – programas de treinamento e capacitação de pessoal;

VI – utilização de tecnologia avançada e de técnicas de inteligência;

VII – intercâmbio de informações com a Polícia Civil, o Ministério Público, o Poder Judiciário, a União e os Municípios, visando ao combate a crimes ambientais;

VIII – envolvimento da sociedade civil, de entidades ambientalistas e das comunidades do entorno das unidades de conservação;

IX – estabelecimento de metas com foco no desmatamento zero, na erradicação do extrativismo ilegal e da caça;

X – indicadores ambientais que mensurem a eficácia e a efetividade das ações implantadas; e

XI – diagnóstico das Unidades de Conservação no que se refere às atividades de fiscalização.

CAPÍTULO IV - DO CADASTRO DO SEAP-SP

Art. 41 – A Secretaria do Meio Ambiente organizará e manterá um Cadastro das áreas abrangidas pelo SEAP-SP, com a colaboração dos órgãos federais, estaduais e municipais competentes, bem como de proprietários particulares.

§ 1º - O cadastro deverá conter os dados principais de cada área abrangida pelo SEAP-SP, incluindo, dentre outras, informações sobre:

- a) espécies ameaçadas de extinção;
- b) situação fundiária;
- c) recursos hídricos;
- d) clima;
- e) solos;
- f) aspectos bióticos;
- g) aspectos antrópicos;
- h) aspectos socioculturais e antropológicos;
- i) infra-estrutura disponível para pesquisa e visitação;
- j) disposições dos planos diretores municipais aplicáveis;
- k) disposições do zoneamento ecológico econômico aplicáveis.

§ 2º - Os dados constantes do cadastro deverão estar disponíveis ao público interessado.

§ 3º - Com base no Cadastro do SEAP-SP a Secretaria do Meio Ambiente deverá:

- a) elaborar indicadores de qualidade das áreas protegidas, especialmente voltados à análise da biodiversidade abrigada nas Unidades de Conservação estaduais;
- b) apresentar ao CONSEMA, a cada 2 (dois) anos, um relatório de avaliação global da situação da conservação da natureza no Estado.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 – O CONSEMA receberá, na qualidade de instância recursal da população paulista, representação feita por quaisquer pessoas tendo por fundamento atos irregulares cometidos por agentes públicos estaduais que atuam na gestão das áreas integrantes do SEAP-SP.

Parágrafo único – Caberá ao Regimento Interno do CONSEMA definir a tramitação das representações a que se refere o caput.

Art. 43 – A expansão das áreas abrangidas pelo SEAP-SP, especialmente no que se refere à criação de Unidades de Conservação e corredores ecológicos, deve ser pautada por estudos científicos notórios, assim reconhecidos pela Secretaria do Meio Ambiente, ficando desde já admitida para tal a utilização prioritária do Programa Biota - FAPESP “Diretrizes para a Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo” (Governo do Estado de São Paulo / Secretaria do Meio Ambiente, FAPESP; 2008).

Art. 44 - Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) anos para:

I – a delimitação do perímetro de todas as Unidades de Conservação criadas pelo Estado de São Paulo;

II - a reavaliação dos espaços territoriais abrangidos pelo SEAP-SP para eventuais recategorizações, nos termos da legislação específica;

Art. 45 – As pesquisas científicas realizadas em áreas protegidas sob a administração do Estado de São Paulo deverão ser disponibilizadas aos órgãos do SEAQUA e abertas ao conhecimento público.

Art. 46 – Os órgãos ou entidades responsáveis pela operação de estradas públicas estaduais, passíveis de serem conceituadas como estradas-parque, deverão adotar, no prazo de 5 (cinco) anos, as medidas necessárias para atendimento ao disposto no Decreto nº 53.146, de 20 de junho de 2008.

Art. 47 - Os mapas e as cartas oficiais do Estado devem, sempre que possível, indicar as áreas que compõem o SEAP-SP, de acordo com os dados e subsídios fornecidos pela Secretaria do Meio Ambiente e demais órgãos da Administração estadual.

Art. 48 – O Secretário do Meio Ambiente, por meio de resolução, poderá regulamentar este decreto no que for necessário à sua aplicação.

Art. 49 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.